



Estado do Piauí
Prefeitura Municipal de Manoel Emídio
Comissão Permanente de Licitação
 Praça São Félix, 11 – Centro – CEP 64875-000
 CNPJ nº 06.554.125/0001-40

PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº: 003-2020.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 005-2020.

OBJETO: Registro de Preço para aquisição parcelada de materiais de consumo (limpeza, conservação, higiene, didático e expediente), para atender as necessidades das Secretarias e Fundos do Município de Manoel Emídio-PI, conforme especificações contidas no Termo de Referência e Edital.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 003-2020

Aos 05 (cinco) dias do mês de fevereiro de 2020, de um lado, o **MUNICÍPIO DE MANOEL EMÍDIO/PI**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede Praça São Félix nº: 11, Bairro Centro, inscrito no CNPJ nº 06.554.125/0001-40 por intermédio da **COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES**, no uso da competência que lhe foi atribuída regimentalmente, resolve **REGISTRAR OS PREÇOS** apresentados pelo(s) fornecedor(es): **ANTONIO FRANCISCO DE SOUSA MINIMERCADOS-EPP**, CNPJ nº: 10.623.750/0001-73, com sede à Avenida Primeiro de Maio, S/N. Centro, Manoel Emídio – PI, representada pelo seu sócio administrador o senhor **ANTONIO FRANCISCO DE SOUSA** CPF: 096.397.053-49, a empresa **REX COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA**, CNPJ nº: 07.226.160/0002-83, com sede Avenida Getúlio Vargas, 113 – Centro Floriano – PI, representada pelo senhor Raimundo Klinger Pereira de Oliveira, RG: 180.884-PI e CPF nº: 078.065.153-72, conforme especificações e demais exigências previstas no edital e seus anexos, bem como proposta das licitantes vencedoras, como se aqui estivesse transcrita e observadas as disposições estabelecidas no Edital e Anexos do Pregão Presencial SRP nº 003/2020, Processo Administrativo nº 005/2020; observadas as disposições da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e alterações posteriores; pelos Decretos nº 3.555/2000, Decreto Municipal nº 004/2013, Lei Complementar 123/2006 e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/93 e pelas condições a seguir pactuadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

A presente Ata tem por objeto assegurar o compromisso de possível contratação entre o Município de **MANOEL EMÍDIO-PI** e a(s) empresa(s): **ANTONIO FRANCISCO DE SOUSA MINIMERCADOS-EPP**, CNPJ nº: 10.623.750/0001-73, **REX COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA**, CNPJ nº: 07.226.160/0002-83, que apresentaram os menores preços para os itens do Pregão Presencial para Sistema de Registro de Preços nº 003-2020, conforme especificações e demais exigências previstas no edital e SEUS ANEXOS, bem como a proposta da licitante detentora dos menores preços registrados, como se aqui estivessem transcritas, conforme descrito abaixo:

LOTE I - LISTA DOS MATERIAIS DE CONSUMO (LIMPEZA, CONSERVAÇÃO E HIGIENE)

ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO	LICITANTES	VALOR INICIAL OBSERVADO	VALOR TOTAL A SER REGISTRADO
1º COLOCADO	ANTONIO FRANCISCO DE SOUSA MINIMERCADOS-EPP, CNPJ Nº: 10.623.750/0001-73	RS 125.624,40 (cento e vinte e cinco mil e seiscentos e vinte e quatro reais e quarenta centavos)	RS 125.624,40 (cento e vinte e cinco mil e seiscentos e vinte e quatro reais e quarenta centavos)

LOTE II – MATERIAIS DE CONSUMO (DIDÁTICO E EXPEDIENTE), PARA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DE MANOEL EMÍDIO - PI

ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO	LICITANTES	VALOR INICIAL OBSERVADO	VALOR TOTAL A SER REGISTRADO
1º COLOCADO	REX COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA, CNPJ nº: 07.226.160/0002-83	RS 174.365,50 (cento e setenta e quatro mil, trezentos e sessenta e cinco reais e cinquenta centavos)	RS 174.365,50 (cento e setenta e quatro mil, trezentos e sessenta e cinco reais e cinquenta centavos)

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VALIDADE DA ATA

2.1 A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 12 meses, contada a partir de sua assinatura e publicação do seu extrato, podendo ser prorrogado nos termos da legislação vigente.

2.2 Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, o Município de **MANOEL EMÍDIO-PI** não será obrigado a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

2.3 Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

2.4 A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas na legislação que disciplina o assunto, em especial o disposto no Art. 65, §1º da Lei nº 8.666/93.

2.5 A Ata Geral de Registro de Preços, ora firmada entre o Município de **MANOEL EMÍDIO-PI** e a(s) Detentora(s), terá validade de 12 (doze) meses, a partir da data de assinatura deste instrumento, podendo ser prorrogada na forma regulamentar, por até idêntico período, quando a proposta continuar se mostrando vantajosa, desde que haja interesse da Administração e aceitação das partes, sem prejuízo da ressalva do inciso II do art. 57 da Lei 8.666/93.

2.6 O Município de **MANOEL EMÍDIO-PI**, no atendimento do interesse público, ficam Asssegurados o direito de exigir que a detentora, conforme o caso prossiga na execução do ajuste, pelo período de até 90 (noventa) dias, a fim de evitar brusca interrupção do fornecimento e/ou compra do objeto, após a vigência da Ata Geral de Registro ou por suspensão justificada de pagamentos conforme dispõe inciso XV do art. 78 da Lei 8.666/93. A Ata Geral poderá ser dada força de contrato por conter as cláusulas essenciais exigidas pelo art. 55 da Lei 8.666/93 em aplicação subsidiária.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1 A presente Ata de Registro de Preço poderá ser utilizada por todos os órgãos da Administração Pública Municipal. Os demais entes Estadual e Federal, somente poderão utilizar, desde que autorizados pelo Município de **MANOEL EMÍDIO-PI**.

3.2 O preço ofertado pela empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços é o especificado na Cláusula Primeira e no Anexo I desta Ata de Registro de Preço.

3.3 Em cada emissão de Ordem de Fornecimento/Serviço decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do Edital e proposta da licitante vencedora.

3.4 Em cada fornecimento do objeto, o preço unitário a ser pago e o produto adquirido será o constante na proposta final apresentada pela empresa detentora dos preços registrados na presente Ata, a qual também a integra independentemente de transcrição.

CLÁUSULA QUARTA – DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

4.1 A Proposta da(s) licitante(s) vencedora (s), com a relação do(s) item(ns), devidamente detalhada, o valor unitário do(s) item(ns), com o nome da respectiva empresa ofertante do melhor lance, constitui o Anexo I desta Ata, independentemente de transcrição.

4.2 Para efeito de escolha do Fornecedor para fornecimento dos produtos deverá ser levada em conta a Ordem de Classificação descrita na Planilha de Lances ou na Ata da sessão de julgamento que integra a presente Ata independentemente de transcrição.

CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO

5.1 O pagamento será realizado pelo Município de **MANOEL EMÍDIO-PI** através do setor competente, até 30 dias após a solicitação que deverá ser protocolada até o 5º (quinto) dia do mês subsequente ao do fornecimento do serviço/produto,

acompanhado da nota fiscal/fatura devidamente atestada, emitida juntamente com recibo em 04 (quatro) vias de igual valor, cópia do contrato e/ou nota de empenho, cópia das certidões de regularidade junto ao INSS e FGTS, certidão conjunta de débitos fiscais junto à união, certidão negativa de débitos junto à SEFAZ, certidão negativa de débitos junto à Prefeitura Municipal, Ordem de Fornecimento do objeto, firmado pela autoridade competente, e em conformidade com o disposto no art. 40, inciso XIV, alínea "a" da Lei 8.666/93.

5.2 A nota fiscal referida acima deve apresentar discriminadamente os produtos/serviços executados ou fornecidos.

5.3 As notas fiscais/faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas à CONTRATADA e neste caso o vencimento dar-se-á no prazo de 30 (trinta) dias, contados da apresentação da documentação devidamente corrigida e válida, não ocorrendo neste caso, quaisquer ônus por parte da Administração.

5.4 Nenhum pagamento será efetuado aos adjudicatários enquanto pendente de liquidação ou qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou falta de entrega do produto ou serviço.

5.5 O pagamento somente será realizado após a verificação da situação da mesma, relativa às condições de habilitação exigidas na licitação, através de documentação anexada à fatura relativa aos Incisos III e IV, Art 29 da Lei nº 8.666/93, e em caso de pendência o pagamento será suspenso.

CLÁUSULA SEXTA – DA FORMA, PRAZO E LOCAL PARA FORNECIMENTO DO OBJETO

6.1 Conforme solicitação da Secretaria Requisitante, o fornecimento dos produtos será realizado em até 05 (CINCO) dias, contados do recebimento da Ordem de Fornecimento que será emitida de acordo com a necessidade do Município.

6.2 Os produtos objeto desta Ata de Registro de Preço será fornecido, parceladamente, e somente mediante a apresentação de autorização, devidamente preenchida e expedida pela autoridade competente ou responsável por ele designado:

6.3 Por ocasião da entrega, o fornecedor deverá colher comprovante de entrega contendo data, o nome, o cargo e a assinatura emitidos pela Administração responsável designado na respectiva requisição de fornecimento.

6.4 A CONTRATADA comprometer-se-á a dar total garantia quanto a qualidade dos produtos fornecidos, bem como, efetuar a substituição ou complementação de quantitativos no prazo máximo de 02 (dois) dias, e totalmente às suas expensas de qualquer produto entregue comprovadamente adulterado ou inutilizável, na forma do art. 69 da Lei nº 8.666/93.

6.5 Correrá por conta da CONTRATADA todas as despesas de seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas, e previdenciários, decorrentes da entrega e da própria aquisição dos produtos, correndo a cargo da CONTRATANTE absolutamente os valores referentes ao efetivo fornecimento do objeto ao preço cotado na proposta da CONTRATADA.

6.6 A Administração deverá emitir Ordem de Compra (OC) ou Autorização de Fornecimento (OF), ou ainda instrumento equivalente, contendo quantidade, discriminação do objeto, preço unitário e, quando for o caso preço total e prazo para atendimento, Nota de Empenho que será emitida a favor do detentor da Ata, depois de consulta ao órgão gerenciador.

6.7 Na OC ou OF ou documento equivalente deverá está declarado a Dotação Orçamentária que suportará a despesa, contendo pelo menos a Fonte, a Classificação Funcional e o Elemento de Despesa.

6.8 De posse dos documentos acima, o detentor da Ata, nos prazos estabelecidos no Edital, adimplirá a condição assumida, a contar do Recebimento da OC ou OF e da Nota de Empenho, ou em outro prazo mediante anuência da contratante, conforme consta seja o caso.

6.9 O contrato individual será sempre representado pelo instrumento próprio. Nota de Empenho ou instrumento equivalente, e a sua celebração será formalizada pelo recebimento ou reitada do documento por parte da detentora de preços na Ata Geral de Registro.

6.10 O(s) fornecedor (es) se obriga(m) a manter, durante o prazo de vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas no Edital;

6.11 Será de responsabilidade do concorrente que tiver seus preços registrados, o ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas em decorrência de danos ocorridos por culpa de qualquer de seus empregados e/ou prepostos, obrigando-se ainda por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais que lhe venham a/ser

atribuídas por força de lei, relacionados com o cumprimento do presente edital e com as obrigações assumidas na Ata Geral de registro de preços.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS PENALIDADES

7.1 Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não assinar a Ata de Registro de Preço ou celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no Sistema de Cadastro do Município, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei 10.520/02, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, conforme abaixo:

I. Advertência deverá ser feita através de notificação por meio de ofício mediante contra-recibo do representante legal do adjudicatário, estabelecendo prazo para cumprimento das obrigações descumpridas.

II. Multa de 0,2% (dois décimos por cento) ao dia, sobre o valor da contratação, por dia de atraso na execução do objeto ou no descumprimento das obrigações assumidas, até o 15º (décimo quinto) dia.

III. Multa de 0,5% (meio por cento) ao dia, sobre o valor da contratação, a partir do 16º (décimo sexto) dia de atraso na execução do objeto ou no descumprimento das obrigações assumidas, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei nº 8.666/93.

IV. Multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato, no inadimplemento total da execução do serviço e/ou no descumprimento das obrigações assumidas.

V. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, consoante inciso IV e § 3º do art. 87 da Lei 8.666/93.

VI. Após a aplicação de qualquer penalidade prevista neste capítulo, realizar-se-á comunicação escrita à empresa e publicação no Órgão de Imprensa Oficial (excluídas as penalidades de advertência e multa de mora), contendo o fundamento legal da punição.

VII. Suspensão temporária do direito de participar de licitação, bem como o impedimento de contratar com o CONTRATANTE, pelo prazo de até 24 (vinte e quatro) meses, na hipótese de rescisão contratual por culpa da CONTRATADA, sem prejuízo da aplicação das demais penalidades cabíveis.

CLÁUSULA OITAVA – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

8.1 Considerando o prazo de validade estabelecido na Cláusula Segunda da presente Ata, e em atendimento ao §1º, art. 28, da Lei Federal 9.069, de 29.6.1995 e demais legislação, é vedado qualquer reajustamento de preços.

Parágrafo único. Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições para a concessão de reajustes em face da superveniência de normas federais aplicáveis à espécie, bem como de acordo com os permissivos legais.

8.2 Durante a vigência da Ata, os preços registrados deverão permanecer compatíveis com os preços de mercado, independente de provocação de parte da PREFEITURA MUNICIPAL DE MANOEL EMÍDIO/PI, no caso de redução nos preços de mercado, ainda que temporária, a detentora obriga-se a comunicar a PMME/PI o novo preço que substituirá o então registrado, podendo esta agir de ofício, o que será motivo de abertura de processo administrativo a fim de proceder a realização de termo aditivo a Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA NONA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 Esta Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito:

I - Pela Administração, quando:

- a) A detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços;
- b) A detentora não assinar o contrato no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;
- c) A detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de Registro de Preços;
- d) Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente de Registro de Preços;
- e) Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;
- f) Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração;
- g) A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos neste Edital, será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante aos autos que eram origem ao Registro de Preços.
- h) No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial dos Municípios, considerando-se cancelado o preço registrado após a publicação.

II - Pelas detentoras, quando:

- a) Mediante solicitação por escrito, comprovarem estar impossibilitadas de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços;
- b) O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu Registro de Preços na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados;
- c) A solicitação das detentoras para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas neste Contrato, caso não aceitas as razões do pedido.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DOS PARTICIPANTES DO SRP

11.1 As despesas correrão por conta de recursos oriundos, conforme segue:

ELEMENTO DE DESPESA	FONTES DE RECURSOS
3.3.90.30 ou 4.4.90.52	PRÓPRIO, ICMS, FUNDEB, FPM, QSE, FMAS, E FMS

Integram o presente Registro de Preço na qualidade de participantes as Secretarias e Órgãos Municipais conforme segue:

01) SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, 02) SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, 03) SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, 04) SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, 05) SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES, 06) SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE, 07) GABINETE DO PREFEITO, 08) SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER, 09) SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS, 10) SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, 11) HOSPITAL DE PEQUENO PORTE-HPP, 12) SAMU, 13) CENTRO DE CONVIVÊNCIA DOS IDOSOS, 14) ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL, 15) UMS – UNIDADE MISTA DE SAÚDE.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E DO FORO

- 10.1 Os preços registrados, nos termos do § 4º do artigo 15 da Lei nº 8666/93, têm caráter orientativo.
- 10.1.1 A pesquisa de preço será realizada sempre que necessário quando os preços forem considerados incompatíveis com os praticados no mercado, de ofício ou por provocação, nesse caso deverá haver comprovação formal no processo.
- 10.2 As alterações na Ata de Registro de Preços obedecerão, no que couber, à Lei nº 8666/93, preservadas as prerrogativas das exceções introduzidas pelo art. 57, seus incisos e parágrafos do mesmo Diploma Legal.
- 10.3 A detentora fica obrigada a atender todas as solicitações durante a vigência da Ata Geral de Registro de Preços, e demais acréscimos necessários conforme disposição legal

10.5 São Detentora do presente SRP, obedecida a ordem de classificação conforme definido na Cláusula Primeira da presente Ata as seguintes empresas:

LOTE I - LISTA DOS MATERIAIS DE CONSUMO (LIMPEZA, CONSERVAÇÃO E HIGIENE)

ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO	LICITANTES	VALOR INICIAL OBSERVADO	VALOR TOTAL A SER REGISTRADO
1º COLOCADO	ANTONIO FRANCISCO DE SOUSA MINIMERCADOS-EPP, CNPJ Nº: 10.623.750/0001-73	R\$ 125.624,40 (cento e vinte e cinco mil e seiscentos e vinte e quatro reais e quarenta centavos)	R\$ 125.624,40 (cento e vinte e cinco mil e seiscentos e vinte e quatro reais e quarenta centavos)

LOTE II – MATERIAIS DE CONSUMO (DIDÁTICO E EXPEDIENTE), PARA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DE MANOEL EMÍDIO - PI

ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO	LICITANTES	VALOR INICIAL OBSERVADO	VALOR TOTAL A SER REGISTRADO
1º COLOCADO	REX COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA, CNPJ nº: 07.226.160/0002-83	R\$ 174.365,50 (cento e setenta e quatro mil, trezentos e sessenta e cinco reais e cinquenta centavos)	R\$ 174.365,50 (cento e setenta e quatro mil, trezentos e sessenta e cinco reais e cinquenta centavos)

10.4 Integram esta Ata, o Edital e anexo do Pregão Presencial SRP nº 002-2016, bem como a proposta de preço da(s) empresa(s) signatária(s), como se aqui estivessem transcritos.

10.5 Fica eleito o Foro da Cidade de Manoel Emídio-PI, para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 10.520/2002 Decreto Municipal nº 004/2013, e demais normas aplicáveis.

MANOEL EMÍDIO-PI, 05 de fevereiro de 2020.
SIGNATÁRIOS

PELO MUNICÍPIO DE MANOEL EMÍDIO-PI

ANTONIO SOBRINHO DA SILVA
PREFEITO MUNICIPAL

PELAS EMPRESAS DETENTORAS DOS PREÇOS REGISTRADOS

ANTONIO FRANCISCO DE SOUSA MINIMERCADOS-EPP
CNPJ Nº: 10.623.750/0001-73

REX COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA
CNPJ nº: 07.226.160/0002-83



Estado do Piauí
Prefeitura Municipal de Manoel Emídio
Praça São Félix, nº 11 – Bairro Centro – CEP: 64.875-000
CNPJ: nº 06.554.125/0001-40 – manoelemidio.piaui@gmail.com

EXTRATO CONTRATO Nº 013/2020

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 005/2020.

MODALIDADE: SRP PP nº 003/2020.

OBJETO: Contratação de empresa para aquisição parcelada de materiais de consumo (limpeza, conservação, higiene, didático e expediente), para atender as necessidades das Secretarias e Fundos do Município de Manoel Emídio-PI, conforme especificações contidas no Termo de Referência e Edital, conforme especificações e demais exigências previstas neste edital e seus anexos, como se aqui estivessem transcritos.

CONTRATADA: ANTONIO FRANCISCO DE SOUSA MINIMERCADOS-EPP, inscrita no C.N.P.J.(MF) sob o n.º 10.623.750/0001-73, estabelecida na cidade de Manoel Emídio, à Avenida Primeiro de Maio SN – Altamira.

VALOR: R\$ 125.624,40 (cento e vinte e cinco mil e seiscentos e vinte e quatro reais e quarenta centavos),

VIGÊNCIA: 12(doze) meses ou até se esgotarem as obrigações da Contratante e da Contratada.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo Administrativo nº 005/2020; observadas as disposições da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, publicada no D.O.U de 18 de julho de 2002, e alterações posteriores; pelos Decretos nº 3.555, de 08/08/2000, publicado no D.O.U. de 09/08/2000, Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006 e subsidiariamente pela Lei n.º 8.666/93, de 21/06/93, além do Decreto Municipal nº 004/2013 e mediante as seguintes cláusulas e condições.

FONTE DE RECURSO: FPM, ICMS, QSE, FMS, FUNDEB (40%), FMAS, SAMU, UMS e RECURSOS PRÓPRIOS

ASSINATURA: ANTONIO SOBRINHO DA SILVA, pela Contratante, ANTONIO FRANCISCO DE SOUSA, pela Contratada.

DATA DA ASSINATURA: 06 de FEVEREIRO de 2020.

Antonio Sobrinho da Silva

Antonio Sobrinho da Silva
Prefeito Municipal



Estado do Piauí
Prefeitura Municipal de Manoel Emídio
Praça São Félix, nº 11 – Bairro Centro – CEP: 64.875-000
CNPJ: nº 06.554.125/0001-40 – manoelemidio.piaui@gmail.com

EXTRATO CONTRATO Nº 014/2020

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 005/2020.

MODALIDADE: SRP PP nº 003/2020.

OBJETO: Contratação de empresa para aquisição parcelada de materiais de consumo (limpeza, conservação, higiene, didático e expediente), para atender as necessidades das Secretarias e Fundos do Município de Manoel Emídio-PI, conforme especificações contidas no Termo de Referência e Edital, conforme especificações e demais exigências previstas neste edital e seus anexos, como se aqui estivessem transcritos.

CONTRATADA: REX COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA, inscrita no C.N.P.J.(MF) sob o n.º 07.226.160/0002-83, estabelecida na cidade de Floriano-PI, à Avenida Getúlio Vargas, 113 - Centro.

VALOR: R\$ 174.365,50 (cento e setenta e quatro mil e trezentos e sessenta e cinco reais e cinquenta centavos),

VIGÊNCIA: 12(doze) meses ou até se esgotarem as obrigações da Contratante e da Contratada.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo Administrativo nº 005/2020; observadas as disposições da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, publicada no D.O.U de 18 de julho de 2002, e alterações posteriores; pelos Decretos nº 3.555, de 08/08/2000, publicado no D.O.U. de 09/08/2000, Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006 e subsidiariamente pela Lei n.º 8.666/93, de 21/06/93, além do Decreto Municipal nº 004/2013 e mediante as seguintes cláusulas e condições.

FONTE DE RECURSO: FPM, ICMS, QSE, FMS, FUNDEB (40%), FMAS, SAMU, UMS e RECURSOS PRÓPRIOS

ASSINATURA: ANTONIO SOBRINHO DA SILVA, pela Contratante, RAIMUNDO KLINGER PEREIRA DE OLIVEIRA, pela Contratada.

DATA DA ASSINATURA: 06 de FEVEREIRO de 2020.

Antonio Sobrinho da Silva

Antonio Sobrinho da Silva
Prefeito Municipal